



REQUERIMENTO N.º 147/2026

REQUER AO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (SEMED) E DA CENTRAL DE LICITAÇÕES, INFORMAÇÕES DETALHADAS ACERCA DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE), COM ÊNFASE NAS AQUISIÇÕES DA AGRICULTURA FAMILIAR E DE PRODUTORES RURAIS LOCAIS.

Senhor Presidente,

Nobres colegas vereadoras e Vereadores,

Requeiro ao Presidente da Mesa Diretora, nos termos do artigo 202 do Regimento Interno, que seja enviado ofício ao Poder Executivo Municipal, por meio da **Secretaria Municipal de Educação (SEMED)** e da **Central de Licitações**, solicitando informações detalhadas acerca das políticas, medidas e providências adotadas para a efetiva execução do **Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)** no Município de Parauapebas, especialmente no que se refere aos procedimentos de aquisição de gêneros alimentícios oriundos da **agricultura familiar e de produtores rurais locais**.

JUSTIFICATIVA

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) constitui uma das mais importantes políticas públicas voltadas à segurança alimentar e nutricional dos



estudantes da rede pública de ensino, garantindo alimentação adequada e contribuindo para o desenvolvimento físico e cognitivo dos alunos.

Além disso, o programa possui relevante função econômica, especialmente no fortalecimento da produção rural local, ao estabelecer, por meio da **Lei Federal nº 11.947/2009**, a obrigatoriedade de aplicação de, no mínimo, **30% dos recursos repassados pelo FNDE na aquisição de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural**.

Nesse contexto, a correta execução do PNAE representa não apenas uma política educacional, mas também um importante instrumento de incentivo à produção agrícola local, geração de renda no campo e fortalecimento da economia municipal, especialmente em municípios como Parauapebas, que possuem significativo potencial produtivo na zona rural.

Diante disso, torna-se fundamental que esta Casa Legislativa acompanhe de forma detalhada a execução do programa, verificando se o Município vem cumprindo os percentuais legais, priorizando produtores locais e adotando medidas que garantam a efetiva participação da agricultura familiar nos processos de aquisição.

QUESTIONAMENTOS

1. Qual o valor total de recursos recebidos pelo Município de Parauapebas por meio do PNAE nos últimos 2 (dois) anos?
2. Qual o percentual efetivamente aplicado na aquisição de gêneros alimentícios provenientes da **agricultura familiar**, conforme determina a Lei nº 11.947/2009?
3. Quais produtores rurais, associações ou cooperativas locais foram contemplados com fornecimento ao PNAE no município?
4. Qual o volume total de alimentos adquiridos da agricultura familiar,



discriminado por tipo de produto?

5. Quais critérios são utilizados para seleção dos fornecedores da agricultura familiar?
6. Os produtores rurais locais têm sido priorizados nos processos de aquisição? Em caso negativo, justificar.
7. Existem chamadas públicas específicas para aquisição de produtos da agricultura familiar? Encaminhar cópia dos últimos editais.
8. Quais medidas têm sido adotadas pelo Município para ampliar a participação da agricultura familiar no PNAE?
9. Há atuação conjunta com a **Secretaria Municipal de Produção Rural (SEMPROR)** no apoio técnico e organização dos produtores para participação no programa?
10. Existem dificuldades ou entraves que estejam limitando a participação dos produtores locais no fornecimento ao PNAE? Quais?

Diante do exposto, e considerando a relevância social, educacional e econômica da matéria, apresento o presente requerimento, a fim de que sejam prestadas as informações necessárias ao adequado acompanhamento da execução do PNAE no Município de Parauapebas.

Parauapebas, 30 de abril de 2026.

LAÉCIO CÂNDIDO GOMES
Vereador - PDT